

Plataforma política



**ALIANÇA DE ESQUERDA
EUROPEIA**
PELO POVO E PELO PLANETA



Plataforma política

Acreditamos que a Europa precisa de uma esquerda forte e combativa que não comprometa os seus valores e que lute por um projeto alternativo. Um projeto de justiça económica e social em que todos contribuam de acordo com o seu rendimento e que garanta a redistribuição da riqueza. Um projeto que combata o aquecimento global e as suas graves consequências, que proteja a natureza e que apoie os trabalhadores nessa transição. Um projeto em que as regras de austeridade deixem de impedir o investimento na transição ecológica e nos serviços públicos, que devem ser protegidos da concorrência e da lógica de mercado. Um projeto em que o feminismo e a luta pela igualdade e contra o patriarcado sejam transversais a todas as esferas da sociedade. Um projeto onde a democracia seja aprofundada, onde o direito de todos os povos à autodeterminação seja respeitado, onde os nossos direitos e liberdades prevaleçam e onde as minorias e os refugiados adquiram novos direitos. Um projeto de paz que garanta o respeito pelo direito internacional e recuse a existência de dois pesos e duas medidas.

Faremos tudo o que pudermos para criarmos um futuro melhor para todos, trabalhando em conjunto com sindicatos, ONG's, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Juntos, construiremos uma Europa que defende os interesses de muitos, e não de uns poucos.



Plataforma política



1. Tributar os ricos e os lucros milionários para combater as desigualdades

A luta contra a crise social deve ser uma prioridade. A inflação, que agravou drasticamente a pobreza em toda a Europa, resulta em grande parte das margens de lucro obtidos pelas grandes empresas. Para reduzir a desigualdade, precisamos de tributar os ricos e os lucros milionários para redistribuir a riqueza. Continuaremos a lutar por isso e a pressionar a UE para que reforce a luta contra a evasão fiscal, nomeadamente através da criação de uma lista negra dos paraísos fiscais europeus. A luta contra a pobreza e as desigualdades dentro dos países e entre eles é uma prioridade essencial para a concretização da solidariedade.



2. Um futuro justo e verde

Para atingir emissões líquidas nulas até 2040, precisamos de objetivos ambientais e climáticos mais rigorosos e de um planeamento público que garanta uma transição ecológica justa. Temos de deixar de subsidiar atividades prejudiciais ao ambiente e ao clima, como os combustíveis fósseis, proteger a biodiversidade e alterar o quadro económico para estimular o investimento na transição ecológica, por exemplo, em caminhos-de-ferro sustentáveis e na indústria ecológica. Para apoiar as aspirações climáticas da UE é fundamental dedicar recursos significativos à transição energética. A transição deve ser justa, com os grandes emissores a contribuírem mais, e o investimento deve conduzir a empregos de qualidade e seguros, ao desenvolvimento do bem-estar social e a infra-estruturas que beneficiem todos.



3. Melhores empregos, melhores salários

O direito a boas condições de trabalho e a empregos seguros têm de ter prioridade sobre as exigências das empresas por lucros excessivos e dos novos mercados de baixos salários. Trabalharemos por sindicatos mais fortes, cláusulas sociais nos contratos públicos, salários mais altos e melhores condições de trabalho. Queremos empregos bons, sindicalizados e trabalhadores que não sejam concorrentes uns dos outros nem vítimas do dumping social que beneficia o grande capital. Continuaremos a lutar para que os trabalhadores das plataformas tenham os mesmos direitos que todos os outros trabalhadores.



4. Lutar contra a austeridade e as privatizações para proteger os serviços públicos

Precisamos de reconstruir os nossos serviços públicos, enfraquecidos ou desmantelados por décadas de austeridade e vagas de privatizações impostas pela elite europeia. A pandemia mostrou os efeitos perversos dessas políticas, com hospitais em estados deploráveis, mas também mostrou que o investimento público é necessário. A UE foi obrigada a reconhecer este facto e a suspender as suas regras orçamentais absurdas, mas acaba de as repor com ainda mais sanções. Temos de nos afastar desta doutrina neoliberal e investir fortemente nos nossos serviços públicos e na transição ecológica. Além disso, os bens comuns estratégicos, como a água e a energia, têm de voltar para o controlo público.



5. O direito à habitação

Queremos acabar com a falta de habitação através de um grande investimento governamental em novas habitações públicas e cooperativas. A habitação é um direito humano, não pode ser tratada como uma mercadoria, e é por isso que trabalharemos para reduzir as rendas e lutar contra o aumento das taxas de juro dos empréstimos à habitação. Os Estados-Membros devem ser autorizados a fazer grandes investimentos na renovação da habitação, nas infraestruturas e na transição ecológica, o que implica a revisão das regras em matéria de auxílios estatais.



6. Comércio justo, não comércio livre

As boas condições de trabalho, a ênfase em normas ambientais elevadas e o transporte de curta distância devem ser os principais objetivos da Política Agrícola e Comercial Comum, e não a concorrência de mercado ou a corrida aos custos de produção mais baixos. Os acordos de comércio livre impostos pela UE não respeitam as nossas normas e sujeitam os produtores, incluindo os agricultores, a uma concorrência desleal entre si. Defendemos uma abordagem diferente do comércio, em que prevaleçam padrões sociais e ambientais elevados, abrindo caminho a sociedades mais justas em todo o mundo. As empresas privadas não devem poder utilizar estes acordos de comércio livre para processar os Estados-Membros que tentam implementar políticas progressistas.



7. Uma Europa solidária, não uma Europa-fortaleza

Estamos unidos contra a extrema-direita que ganha terreno em toda a Europa. Lutamos para contrariar a propagação do seu discurso de ódio e oferecemos uma narrativa alternativa. Continuaremos a lutar para romper com as atuais políticas migratórias desumanas, em particular pondo fim às práticas violentas, à detenção arbitrária de pessoas e à externalização das nossas fronteiras. Faremos prevalecer a solidariedade, lutaremos pela criação de uma operação de busca e salvamento no Mediterrâneo e pela garantia dos direitos humanos. Aboliremos as estruturas e políticas europeias que contribuem para levar os países em desenvolvimento à pobreza e forçar as pessoas a emigrar. A situação migratória na fronteira oriental exige maior empenho e solidariedade europeia na procura de medidas que respeitem o direito de asilo.



8. O feminismo como força motriz da mudança política

O movimento feminista em toda a Europa é o motor da mudança política e da transformação social. É por isso que a direita e a extrema-direita têm visado sistematicamente as mulheres e a comunidade LGBTQI+. As mulheres têm de poder decidir sobre o seu próprio corpo e toda a gente deve poder escolher por si. Lutaremos pela garantia de todos os direitos em toda a UE e incluiremos o direito ao aborto bem como uma nova geração de direitos feministas e LGBTQI+ na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.



9. A Europa pela paz e pelo direito à autodeterminação

Todos os povos do mundo têm o direito à liberdade e à autodeterminação. A invasão da Ucrânia pela Rússia e o genocídio em Gaza, bem como a ocupação ilegal dos territórios palestinos por Israel, exigem que a UE aja em conformidade com o direito internacional e em prol de uma paz baseada na justiça. As ocupações têm de parar e as tropas invasoras têm de ser retiradas. O apoio aos povos ocupados deve ser reforçado e devem ser impostas sanções pesadas contra as potências invasoras. A UE deve concentrar-se na defesa dos direitos humanos e do direito internacional e retomar os esforços diplomáticos em prol de uma paz justa.



10. A Europa para os cidadãos, não para os lóbis

Juntos, trabalhamos para garantir que a UE se preocupa com as necessidades dos cidadãos e não com as necessidades das grandes empresas e do mercado. É tempo de pôr termo à cultura de opacidade que permite a corrupção generalizada e a influência dos lóbis nas instituições europeias: defenderemos mais abertura, democracia e transparência. Para romper com este modelo, defenderemos uma mudança profunda dos tratados e das políticas para garantir a justiça climática, a biodiversidade, a soberania democrática, o respeito pelos direitos humanos e condições justas para os trabalhadores.



11. Igualdade e solidariedade entre os países da Europa

A União Europeia deve colmatar as diferenças e aumentar a igualdade entre os países, não criar divisões. É necessária uma profunda reforma do processo de alargamento que ofereça mais transparência, mudanças progressivas a todos os cidadãos da UE e aos países em causa, e que acautele o nivelamento por baixo em nos direitos dos trabalhadores, fiscalidade e proteção do ambiente. Para isso, a UE deve apoiar os países candidatos, para que estes possam garantir os direitos dos trabalhadores, a construção de estruturas sociais e de bem-estar sólidas, e reforçar a democracia e o Estado de direito.



A construir uma Esquerda verde e feminista